



**DIRETORIA DE GESTÃO AMBIENTAL
GERÊNCIA DE ÁREAS VERDES E ARBORIZAÇÃO URBANA**

PARECER TÉCNICO Nº 1324/22

PROCESSO: 31.00329635/2022-45

SMMA CADASTRO: 07282/22

REFERÊNCIA: Intervenção arbórea em área particular para fins de edificação.

REQUERENTE: JGMC ENGENHARIA LTDA

LOCALIZAÇÃO DAS ÁRVORES: Rua: Povoá de Varzim, 650, Paquetá, lote 003, quart. 038.

I – INTRODUÇÃO

O requerente apresentou para análise da SMMA, proposta de intervenção arbórea, conforme Planta de Supressão de Árvores apresentada para análise, onde foi solicitado à retirada de espécimes arbóreos, que se encontram em conflito com as futuras edificações propostas para o entorno.

II – ANÁLISE

Em atendimento à solicitação de autorização para supressão arbórea, após avaliação do projeto arquitetônico apresentado, constatei a necessidade da retirada da árvore proposta, portanto sou favorável à intervenção indicada na Tabela, em anexo, mediante reposição ambiental relacionada no mesmo quadro.

Verifiquei no terreno a presença de espécie que possui proteção legal, o ipê-amarelo (*Handroanthus chrysotrichus*), que segundo a Lei Estadual nº 9743/88, declara-o de interesse comum, de preservação permanente e imune de corte, no Estado de Minas Gerais.

Segundo o Art. 2º da Lei Estadual n.º 9.743, de 15 de dezembro de 1988, redação alterada pela Lei Estadual 20.308 de 27/07/2012, a supressão do ipê-amarelo será admitida, “em área urbana ou distrito industrial legalmente constituído, mediante autorização do Conselho Municipal de Meio Ambiente ou, na ausência deste, do órgão ambiental estadual competente”. Sendo que o § 1º do mesmo artigo define, “como condição para a emissão de autorização para a supressão do ipê-amarelo, os órgãos e as entidades a que se referem os incisos do caput deste artigo exigirão formalmente do empreendedor o plantio de uma a cinco mudas catalogadas e identificadas do ipê-amarelo por árvore a ser suprimida, com base em parecer técnico fundamentado, consideradas as características de clima e de solo e a frequência natural da espécie, em maior ou menor densidade, na área a ser ocupada pelo empreendimento”.

O espécime arbóreo de ipê-amarelo, proposto para supressão, se encontra em boas condições vegetativa, estrutural e fitossanitária, uma vez que não foi constatado indícios de pragas e doenças. Trata-se de espécie comumente encontrada no bioma local, situada em terreno onde as condições de clima e solo são adequadas ao desenvolvimento desta espécie. Assim sendo, indico como condição para a emissão da referida autorização, a realização do plantio de 05 (cinco) mudas de ipê-amarelo (*Handroanthus chrysotrichus*), na mesma sub-bacia hidrográfica em que se localiza o empreendimento, podendo ainda ocorrer no próprio terreno, mediante celebração de Termo de compromisso a ser celebrado pelos interessados junto à SMMA.

As mudas a serem plantadas deverão apresentar as características descritas no Art. 3º da Deliberação Normativa n.º 69/2010 do COMAM. As espécies de ipê-amarelo (*Handroanthus chrysotrichus*) a ser plantada como forma de reposição ambiental, foram recomendadas com base na facilidade de obtenção de mudas no padrão que a legislação exige e por serem mais adequadas à arborização urbana.

III - CONCLUSÃO

Analisando a proposta de ocupação do terreno, verificou-se a necessidade da retirada das árvores propostas. Assim sendo, considero passível de autorização a intervenção solicitada, conforme indicado na Tabela, em anexo. No entanto em atendimento a Lei Estadual n.º 9743/88, o presente expediente deve ser





encaminhado para análise e deliberação por parte do COMAM, no que se refere à autorização de supressão de 01 (um) espécime de ipê-amarelo (*Handroanthus chrysotrichus*), assim como a determinação da compensação ambiental correspondente.

A autorização para intervenção arbórea indicada na tabela 1 somente será emitida após emissão do alvará de construção. Este documento não autoriza nenhuma intervenção na arborização.

Este documento não autoriza as Gerências de Infraestrutura Urbana a receberem a reposição ambiental.

ANEXO

ID	ESPECIE	NOME POPULAR	Porte (m)			INDICAÇÃO	Nº DE MUDAS REPOSIÇÃO (DN 67/2010)	OBSERVAÇÃO
			<3	3 a 9	>9			
1	<i>Piptadenia gonoacantha</i>	Pau jacaré			x	preservação	-----	
26	<i>Psidium guajava</i>	goiabeira		x		preservação	-----	
2	<i>Handroanthus chrysotrichus</i>	Ipê amarelo			x	supressão	15	Sendo 05 mudas de ipê amarelo (handroanthus sp)
3	<i>Dalbergia frutescens</i>	jacarandá		x		supressão	4	
4	<i>Pterogyne nitens</i>	amendoim		x		supressão	4	
5	<i>Machaerium brasiliense</i>	sapuva			x	supressão	6	
6	<i>Machaerium brasiliense</i>	sapuva			x	supressão	6	
7	<i>Piptadenia gonoacantha</i>	Pau - jacaré			x	supressão	6	
8	<i>Luehe grandiflora</i>	Açoita - cavalo			x	supressão	6	
9	<i>Piptadenia gonoacantha</i>	Pau - jacaré			x	supressão	6	
10	<i>Machaerium brasiliense</i>	sapuva		x		supressão	4	
11	<i>Cupania vernalis</i>	camboatã			x	supressão	6	
12	<i>Luehe grandiflora</i>	Açoita - cavalo			x	supressão	6	
13	<i>Dalbergia frutescens</i>	jacarandá		x		supressão	4	
14	<i>Dalbergia frutescens</i>	Jacarandá			x	supressão	6	
15	Árvore morta	Árvore morta	---	-----	---	supressão	-----	
16	<i>Piptadenia gonoacantha</i>	Pau jacaré		x		supressão	4	
17	<i>Machaerium brasiliense</i>	sapuva		x		supressão	4	
18	<i>Piptadenia gonoacantha</i>	Pau - jacaré			x	supressão	6	
19	<i>Piptadenia gonoacantha</i>	Pau - jacaré			x	supressão	6	
20	<i>Piptadenia gonoacantha</i>	Pau - jacaré			x	supressão	6	
21	<i>Ouratea casteneifolia</i>	batiputá		x		supressão	4	
22	<i>Piptadenia gonoacantha</i>	Pau - jacaré			x	supressão	6	
23	<i>Piptadenia gonoacantha</i>	Pau - jacaré			x	supressão	6	
24	<i>Mangifera indica</i>	mangueira		x		supressão	4	
25	<i>Persea americana</i>	abacateiro		x		supressão	4	
27	<i>Piptadenia gonoacantha</i>	Pau - jacaré		x		supressão	4	
28	<i>Yucca elephantipes</i>	yuca		x		supressão	5	

TOTAL

137





- Espécie que possui proteção legal, segundo a Lei Estadual nº 9.743/88, que declara de interesse comum, de preservação permanente e imune de corte, o ipê-amarelo, no Estado de Minas Gerais. Por este motivo, a compensação ambiental foi definida de forma a atender concomitantemente a DN 67/2010 e a Lei Estadual 9.743/88.

Belo Horizonte, 22 de Julho de 2022.

PAULO CESAR SCHMIDT AMARAL

ENG. AGRÔNOMO – BM: 94664-1

GEAVA/DGEA/SMMA

